

Transcrição da Conferência de Imprensa

O CPMO reuniu-se hoje, dia 26 de Fevereiro de 2018, para apreciar os desenvolvimentos macroeconómicos recentes, domésticos e internacionais, até 23 de Fevereiro de 2018, bem como as projecções dos principais indicadores macroeconómicos para o final do corrente ano, tendo tomado as medidas de política monetária consideradas adequadas.

A contínua melhoria das perspectivas de inflação para o médio prazo justifica o prosseguimento da redução das taxas de juro. Assim, o CPMO deliberou:

1. Reduzir a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 150 pontos base, para 18,0%;
2. Reduzir a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) em 150 pontos base, para 19,0%;
3. Reduzir a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 150 pontos base, para 12,5%;

Ainda, em face da pressão que se observa no mercado cambial, o CPMO deliberou:

Aumentar o coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda estrangeira, em 800 pontos base, para 22,0%, tendo mantido o coeficiente para os passivos em moeda nacional em 14,0%.

O órgão entende que a pressão no mercado cambial reflecte os efeitos conjugados da volatilidade das principais divisas no mercado internacional e do ajustamento ao paradigma de maior abertura dos fluxos de capitais, contemplados no novo regulamento da Lei Cambial.

Dependendo da evolução dos indicadores económico-financeiros e dos factores de risco, o CPMO poderá tomar as medidas correctivas necessárias antes da próxima reunião do órgão, agendada para o dia 30 de Abril de 2018.

Entre Dezembro de 2017 e Fevereiro de 2018, o Conselho de Administração tomou as seguintes medidas:

- Aviso n.º 19/2017 sobre o Regime de Comissões e Encargos dos Serviços Financeiros; e
- Aviso n.º 20/2017 sobre as Normas e Procedimentos Cambiais

Principais desafios das decisões do Comité de Política Monetária

A nível doméstico temos, em primeiro lugar, o efeito das chuvas intensas que tem afectado o país e, em segundo lugar, a sustentabilidade da dívida.

A nível internacional temos a volatilidade dos preços das *commodities* e do dólar nos mercados internacionais.

Em 2017, o PIB registou um crescimento moderado ao redor dos 3%. A distribuição sectorial do PIB é liderada essencialmente pelo crescimento do sector primário na vertente de agricultura, pesca e sector extractivo que registou um crescimento extremamente forte seguido do terciário nas suas componentes de comércio, transporte, serviços financeiros e outros.

O gráfico [da evolução trimestral do PIB] mostra-nos este crescimento moderado do PIB em 2017 que, apesar de moderado, está dentro dos padrões da região e, em particular, acima da média dos nossos parceiros da SADC que registaram, no seu todo, um crescimento de PIB de 2,8%, comparado ao crescimento do PIB moçambicano de 3.7%.

O clima económico recuperou substancialmente, no quarto trimestre de 2017, medido através do optimismo dos empresários no que diz respeito as perspectivas da actividade económica, em particular nas suas componentes de preços, emprego e outros factores incluindo procura.

A inflação continua a desacelerar. Em Janeiro andava ao redor de 3.84%. Há um ano tínhamos um nível de inflação anual, inflação homóloga, acima dos 20%, tendo caído substancialmente, o que se reflecte na redução do custo de vida dos consumidores, do cidadão moçambicano. O poder de compra foi acrescentado aos consumidores do país. Portanto, são notícias positivas que afectam claramente o optimismo que se observa no seio dos empresários. O factor de risco que era representado por uma inflação elevada e instável hoje reduziu significativamente.

O *core inflation* encontra-se abaixo da inflação geral agregada. Excluindo as frutas e vegetais, factores que têm tendência a uma maior volatilidade ou sazonalidade, a inflação se situa a **2.36%** bem abaixo da inflação geral de 2.84%.

O grande desafio que temos, desde Janeiro de 2018, prende-se ao facto de o mercado de câmbio estar a registar uma pressão relativamente crescente ao longo do tempo. O metical apresenta um comportamento misto tendo desvalorizado 12,28%, em relação ao dólar, 1,68% em relação ao Rand e apreciado relativamente ao Euro.

Ainda neste período de pressões o Banco Central vendeu divisas no mercado de câmbio, em termos líquidos, o que quer dizer que em Janeiro e Fevereiro as vendas foram superiores as compras no valor de mais de 87,5 milhões de dólares, o que significa que o Banco Central perdeu reservas nesse valor. Porém, no geral, até um certo momento, no primeiro trimestre do ano, com a excepção do ano passado, a sazonalidade mostra sempre uma relativa perda de reservas. É o período seco do ponto de vista das nossas exportações. Tradicionalmente exportamos menos no 1º trimestre em relação aos restantes trimestres do ano. Nesse caso, em particular, a situação é ligeiramente diferente pois existem outros factores que se agregam na sazonalidade das exportações.

Entretanto, o défice da conta corrente continua a melhorar, tendo reduzido de cerca de USD 4 milhões, em 2016, para USD 2.542 milhões, em 2017, o que representa uma queda do défice da conta corrente em 35%. Isso são boas notícias e implica uma melhoria, no geral, da nossa conta externa devido, em grande parte, aos grandes projectos que continuam a exportar grandes volumes de bens.

Quando excluídos os grandes projectos, as exportações registam um crescimento modesto de 8%. Incluindo os grandes projectos o crescimento aumenta para 54%. As importações de bens e serviços cresceram 9,5% enquanto as importações dos grandes projetos registaram um aqueda.

A dívida interna continuou elevada levantando questões de sustentabilidade e aumentou de 98 mil milhões de meticais, em Dezembro, para 104,6 mil milhões de meticais, em Fevereiro.

As taxas de juro do Mercado Monetário Interbancário continuam em tendência de queda e a convergir para a taxa MIMO, reforçando o elemento sinalizador da taxa MIMO. Este fenómeno tornou-se bastante visível este ano visto que com a queda substancial nas expectativas de inflação, todas as outras taxas caíram, incluindo os BTs.

Em 2016, para os BTs de 364 dias a taxa era mais ou menos de 27%, comparando com BTs de 91 dias que era de 24%, sendo que a taxa MIMO na altura era inferior a essa.

Com os sucessos alcançados na área da inflação e a melhoria nas expectativas de inflação tem feito com que as taxas comecem a convergir e, actualmente, encontram-se praticamente ao mesmo nível. As taxas de curto prazo e de um ano estão praticamente ao mesmo nível. Isso é um dado importante do sucesso e da credibilidade da política monetária que foi alcançada com muito esforço de todos nós.

A liquidez ampliada reduziu. No passado, um dos grandes desafios que tínhamos era a liquidez crescente no mercado. Hoje, passados vários meses, temos uma redução substancial da liquidez no mercado bancário. A liquidez reduziu substancialmente de quase 36 mil milhões, em Janeiro, para 14 mil milhões, em Fevereiro, enquanto que em 2016 esta só crescia. Estávamos a viver aquilo que chamamos de liquidez longa, que é o excesso de liquidez.

Estamos a caminhar para uma situação de menor liquidez no mercado devido, de certa forma, ao comportamento do mercado de câmbio. Parte considerável desta liquidez que saiu do mercado interbancário entrou no mercado interbancário de câmbio através da compra de divisas pela banca e pelos agentes económicos. Nota-se uma queda de mais de USD 300 milhões num curto período de tempo no que se refere a liquidez bancária.

O crédito à economia está em queda. Enquanto os agregados monetários crescem, o crédito à economia continua a desacelerar, sendo que o resto do crédito é destinado ao sector público. Daí que dizemos ser importante ajustar as contas fiscais para criar espaço para que o crédito disponível possa passar mais ao sector privado. Enquanto o crédito ao sector privado caiu o sector público foi o maior consumidor de crédito.

Para 2018 esperamos uma inflação de um dígito, como afirmamos no nosso comunicado em Dezembro, e continuação de um crescimento moderado do PIB.

Termino aqui a minha apresentação das deliberações do Comité de Política Monetária hoje reunido e me coloco a vossa disposição para esclarecer qualquer questão relacionada com as deliberações do Comité de Política Monetária.

SESSÃO DE PERGUNTAS

Antes de mais gostaria de esclarecer que a partir deste ano, nas reuniões do CPMO limitaremos a discutir e esclarecer questões relacionadas com as deliberações do órgão. Não significa que não iremos responder às outras questões, mas este não é o fórum apropriado. Teremos a oportunidade de, pelo menos, duas vezes ao ano, discutir de uma maneira mais aberta outras questões que não estão relacionadas ao CPMO. Vamos seguir a prática internacional, que é limitar o CPMO às deliberações do órgão e os restantes assuntos tratamos separadamente. Não estamos a fazer nada diferente. É a prática comum. Assim não perdemos o foco, pois já existem outros fóruns para lidar com outras questões.

1. Sobre o aumento da dívida pública

Claramente está a crescer e quando isso acontece levantam-se questões de sustentabilidade.

Esta não é a primeira vez que discutimos esse assunto aqui e me recorde que quando falamos disso um de vocês perguntou como se definia sustentabilidade, se havia um número e qual seria então o valor mágico que alerta o sistema.

A minha resposta foi que existiam várias discussões em torno disso, até académicas, que olham para experiências passadas para definir mais ou menos o que é considerado sustentável. Existem também vários indicadores para isso, mas, em última instância, depende da vontade dos operadores económicos, em particular bancos e outros investidores, de querer comprar essa dívida do Estado.

A dívida do Estado é um activo na carteira de alguém (bancos, fundos de pensões e outros investidores), quando estes acham que a dívida começa a atingir níveis preocupantes eles param de comprar. Todas essas instituições (bancos, fundo de pensões, investidores) tem guiões que fixam o montante máximo de investimento para cada tipo de dívida. Quando chega esse momento eles param. O Estado começa a ter problemas. Não sabemos quando isto vai acontecer. Isso depende dos agentes económicos e varia de país para país dependendo dos riscos envolvidos.

Quando a dívida começa a aumentar saindo de um nível para outro começamos a pensar, até que

ponto os agentes económicos estarão dispostos a continuar a por na carteira esse instrumento como uma activo de investimento para si.

2. Taxas de utilização dos serviços da ATM

Este assunto foi muito debatido a nível da banca. Foi uma decisão unilateral e não vem como uma surpresa, faz parte de um aviso. Primeiro houve um reconhecimento que estas taxas se mantiveram constantes em meticais por muito tempo e dada a inflação e dado o crescimento da população, estas não estavam alinhadas. A banca tomou a iniciativa de nos contactar e questionou a sustentabilidade dos serviços financeiros que estava a fornecer face das taxas em vigor, daí a revisão do valor.

Porém, o que não se diz aqui é que é preciso ter consciência que esse valor de 9.5meticais não é cobrado cada vez que o cliente usa a ATM. Nos primeiros dois movimentos do mês o serviço é gratuito. Esta taxa de 9.5 meticais só pode ser cobrada a partir da 3ª movimentação do mês.

Teremos que observar se essa orientação está a ser cumprida. Aproveito a oportunidade para informar que o Banco de Moçambique dispõe de um departamento para reclamações de comportamento abusivo por parte da banca, o Departamento de Supervisão Comportamental que está aqui presente. Este departamento está aberto ao público, sendo que este pode telefonar, escrever, mandar cartas e, com essa informação, será averiguado quais são os bancos que não cumprem com esse aviso e serão tomadas as medidas necessárias para fazer cumprir, incluindo multas. O Banco de Moçambique tem um regime de multas e agora as multas passam a ser publicadas para que a sociedade saiba quais as instituições que estão a ser multadas.

Espalhem esta notícia à toda a população e trabalhem juntos para que isso se torne uma realidade.

Esclarecimento

Quando dizemos que o Banco de Moçambique perdeu divisas é porque vendeu divisas ao mercado. Porém, é bom esclarecer que apesar de termos perdido divisas no valor de 97.5 milhões continuamos com um nível confortável de reservas. Hoje as reservas brutas do país estão a USD 3.170 mil milhões o que corresponde a mais de 7 meses de importação. Não há razão para pânico nessa matéria desde que as nossas políticas estejam bem alinhadas.

3. Dívida Externa

O único factor novo da dívida externa são as dívidas ocultas. A dívida externa, excluindo as dívidas ocultas, está bem equacionada através de reestruturações passadas pagas. O único factor que vem atrapalhar o cenário dessa sustentabilidade são as dívidas ocultas.

Em relação ao debate da dívida externa não vou comentar. Deixemos que os juristas debatam e decidam sobre a legalidade dessa dívida. Essa é uma questão legal.

Esse debate não se verifica apenas em Moçambique. A discussão com os credores sobre a natureza da dívida mantém-se, havendo quem ponha em causa a legalidade da dívida e quem não ponha. Neste momento não tenho opinião sobre esse assunto e se tivesse não diria.

4. Subida do Rand

O *Reserve Bank* tem praticamente o mesmo regime de câmbio e flutuação, não tem objectivo de câmbio. O rand flutua assim como o metical. Isso faz parte do funcionamento normal do mercado e não significa o início de uma nova tendência em si.

Naturalmente, se o rand aprecia em relação ao metical, o metical, por sua vez, deprecia e os bens importados ficam mais caros do ponto de vista do rand. Mas isso significa também que vamos importar menos da zona da África do Sul e importar de outros países onde a competitividade é maior. É esse tipo de ginástica que tem que se fazer.

Por enquanto, pode se dizer que esse comportamento é parte de um ajustamento normal à uma mudança política que está em curso, neste momento, na África do Sul. Chamaria a isso de uma correcção, não necessariamente o início de uma nova tendência, mas uma correcção para o equilíbrio natural (que não sabemos qual será) que depende de muitos outros factores.

4.1. Implicação da subida do rand na Inflação

A África do Sul não é o único parceiro de Moçambique. As importações em dólares são tanto ou mais importantes na inflação em relação ao Rand, o que não significa que o rand não seja importante.

O Rand, o Dólar e o Euro são moedas que contam para o comportamento da inflação. Não podemos olhar para uma moeda de forma isolada e nos preocupar com o seu impacto individual na inflação.

5. Mecanismo de Controlo das Taxa de ATM

Existem sim mecanismos, mas para que possamos fazer bem o nosso trabalho, contamos com a colaboração dos consumidores. Se existem comportamentos abusivos da banca fora do Aviso, o BM tem instrumentos para averiguar e decidir se é caso de multa, se se trata da primeira violação ou se foi um erro.

Uns podem alegar que o sistema deles não foi modificado, ou um problema do sistema. É um trabalho conjunto que todos temos que fazer.

6. Crise

Em Abril de 2017, quando fizemos a primeira redução das taxas de juro, eu disse que estávamos no início do fim da crise e vocês fizeram muito barulho dizendo que o Governador é doido. Eu acredito naquilo que disse. Observamos os indicadores e estes indicavam que tínhamos atingido o pico e que daí só podíamos melhorar e foi isso que verificou. Continuamos a baixar as taxas de juro na tranquilidade, com prudência e hoje estamos a confirmar que o país está a sair da crise. Não há dúvidas quanto a isso, até estamos melhor pois contamos com o elemento paz, tranquilidade, que quero acreditar, vai se transformar em paz efectiva em breve. Tudo isso reforça ainda mais o que nós já sabíamos em Abril. Esta afirmação foi feita com base numa observação cautelosa, não era uma afirmação propagandística. Observando os números em Abril chegamos a conclusão que estávamos confortáveis com as medidas que tínhamos e verificamos que, finalmente, estávamos no caminho de uma saída lenta da crise. É isso que está a acontecer. Reafirmo que estamos melhor do que aquilo que eu pensava em Abril, porque temos o factor paz, tranquilidade política que na época não estavam bem equacionados

7. Empréstimos concedidos ao Governo

Quais são os limites e qual é a margem existente.

A nossa lei orgânica aprovada pelo legislador prevê que o Governo peça adiantamentos. Os adiantamentos são definidos em 10% das receitas do Governo de dois anos atrás e podem variar até cerca de 15 mil milhões, o que se tem verificado nos últimos dois anos. O Governo deve estar entre os 5 e 6 mil milhões.

Esse valor está alinhado. Não é um favor, o Estado tem direito de o fazer, está previsto na lei.